
Sumário

1 – Síntese Histórica do Direito Penal e Princípios Fundamentais de Direito Penal	1
1 – Classificação histórica	1
2 – Direito Penal antigo	2
2.1. Fase anterior ao conhecimento da escrita	2
2.2. Fase posterior ao conhecimento da escrita	2
2.2.1. O mais antigo Código Penal conhecido “Código de Hamurabi” do século XXII a.C. (entre 2285 e 2242), na Babilônia	2
2.2.2. China (história remota)	2
2.2.3. Direito Romano	2
2.2.4. Direito Germânico (ou bárbaro)	3
2.2.5. Direito Canônico	3
2.2.6. Direito Medieval	3
2.2.7. Período Humanitário	4
2.2.8. Escola Clássica	5
2.2.9. Escola Positiva (período criminológico)	6
3 – Síntese histórica do Direito Penal no Brasil	7
4 – Princípios fundamentais de Direito Penal	7
a) – Princípio da legalidade	7
b) – Princípio da taxatividade (ou da determinação ou taxatividade-determinação)	7
c) – Princípio da intervenção mínima	8
d) – Princípio da fragmentariedade	8
e) – Princípio da subsidiariedade	8
f) – Princípio de culpabilidade	8
g) – Princípio da humanidade (ou da dignidade humana)	9
h) – Princípio da adequação social	9
i) – Princípio da insignificância	9
j) – Princípio da proporcionalidade (ou proibição do excesso)	9
k) – Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	10
l) – Princípio da pessoalidade da pena (ou da intranscendência)	10

m) – Princípio da individualização da pena	10
n) – Princípio da irretroatividade da lei penal	10
2 – Introdução à Teoria Geral do Delito	11
3 – Conceitos de Crime	13
1. Conceito formal ou nominal	13
2. Conceito material ou substancial	13
3. Conceito analítico de crime	13
4 – Classificação dos Delitos (ou Infrações)	17
1. Classificação bipartida e tripartida (quadripartida)	17
2. Denominação doutrinal	18
a) crimes comuns (ou <i>delicta comunia</i>) e crimes próprios (ou <i>delicta propria</i>)	18
b) crimes de mão própria (atuação pessoal, ou de conduta infungível) ...	18
c) crimes materiais (ou de resultado), formais (ou de consumação antecipada) e de mera conduta	19
d) crimes de dano e crimes de perigo	20
e) crimes unissubjetivo e plurissubjetivo	20
f) crimes unissubsistente e plurissubsistente	21
g) crimes de ação única e de ação múltipla ou conteúdo variado; crime de forma livre e de forma vinculada	21
h) crime de dupla subjetividade passiva	21
i) crimes instantâneos e instantâneos de efeitos permanentes	21
j) crimes permanentes	22
k) crimes comissivos	22
l) crimes omissivos próprios e impróprios ou comissivos por omissão ...	22
m) crime habitual e crime profissional	27
n) crime complexo e crime simples	27
o) crime progressivo e progressão criminosa	27
p) crime multitudinário ou de multidão	29
q) crime a distância e plurilocais	29
r) crime impossível e crime de flagrante provocado	29
s) crimes dolosos, culposos, preterdolosos (ou preterintencionais) e qualificados pelo resultado	30
t) crime vago	31
u) crime mono-ofensivo e pluri-ofensivo	31
v) outras denominações	31

5 - Elementos do Crime	33
1. Fato Típico	33
1.1. Conduta	33
1.1.1. Teorias Causalistas	33
A) Teoria causal-naturalística (sistema Liszt/Beling)	33
B) Teoria causal-valorativa	34
1.1.2. Teoria finalista	35
C) Teoria finalista ou final da ação	35
1.1.3. Teoria social da ação	37
D) Teoria social da ação	37
1.1.4. Teorias funcionalistas	38
E) Teorias teleológicas ou funcionalistas	38
a) Roxin	38
b) Jakobs	39
1.1.5. Outras teorias	44
a) Teoria negativa da ação	44
b) Teoria pessoal da ação	44
1.2. Conceito	45
1.3. Ausência de ação ou omissão	46
a) força (ou coação) física irresistível ou absoluta (<i>vis absoluta</i>)	46
b) movimentos reflexos	47
c) estados de inconsciência	47
1.4. Sujeitos da ação	48
a) sujeito ativo	48
b) sujeito passivo	49
c) pessoa jurídica como sujeito ativo de crime	49
2. Resultado	51
3. Relação de causalidade – Equivalência dos antecedentes (Teoria da <i>conditio sine qua non</i>)	53
3.1. Outras teorias	55
3.1.1. Teoria da imputação objetiva do resultado	55
3.1.2. Teoria da causalidade adequada (Von Bar e Von Kries)	61
3.2. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes	61
3.3. Outras limitações à teoria da equivalência dos antecedentes	63
a) causas (ou concausas) absolutamente independentes	63
b) causas (ou concausas) relativamente independentes	64
3.4. Crimes onde o nexos causal se faz presente	69
3.5. Crimes onde não há o nexos causal (naturalísticos)	70
4. Omissão e suas espécies	71
4.1. Crimes omissivos próprios ou puros	73

4.2. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão	75
5. Tipo e Tipicidade	81
5.1. Conceito de tipo	81
5.2. Funções intrínsecas do tipo	82
5.3. Teorias do tipo	83
a) Teoria do tipo independente ou avalorado (sistema Liszt/Beling)	84
b) Teoria indiciária (Max Ernst Mayer)	84
c) Teoria da <i>ratio essendi</i> da injuridicidade ou teoria da identidade	84
d) Teoria dos elementos negativos do tipo	85
5.4. Elementos do tipo	85
a) objetivos/descritivos	86
b) subjetivos	86
c) normativos	86
5.5. Outros elementos que integram o tipo	91
a) Núcleo do tipo	91
b) Bem jurídico tutelado	91
5.6. Tipicidade	92
5.6.1. Tipicidade legal (ou formal)	92
5.6.2. Adequação típica	93
a) adequação típica por subordinação imediata ou direta	93
b) adequação típica por subordinação mediata ou indireta (por extensão ou ampliação)	94
5.6.3. Tipicidade conglobante	95
5.6.4. Tipicidade material	99
5.6.5. Teoria da adequação social da conduta	101
5.6.6. Classificação dos tipos penais	101
a) tipo básico e tipo derivado	102
b) tipos congruentes e tipos incongruentes	103
c) tipo normal e tipo anormal	103
d) tipo fechado e tipo aberto	104
e) tipo simples e tipo misto (ou composto)	104
e.1) <i>tipo misto alternativo</i>	104
e.2) <i>tipo misto cumulativo</i>	104
6. Tipo Doloso	105
6.1. Conceito de dolo	105
6.2. Elementos do dolo	106
a) Elemento <i>cognitivo</i> ou <i>intelectivo</i>	106
b) Elemento <i>volitivo</i>	107

6.3. Espécies de dolo	107
6.3.1. Dolo direto ou determinado	107
a) <i>dolo direto de primeiro grau</i>	108
b) <i>dolo direto de segundo grau</i> (ou dolo de consequências necessárias)	108
6.3.2. Dolo indireto	109
a) <i>dolo alternativo</i>	110
b) <i>dolo eventual</i>	111
6.3.3. Outras espécies de dolo	113
a) dolo geral (hipótese de erro sobre a causalidade, conhecido também como erro sucessivo)	113
b) dolo de dano e dolo de perigo	115
c) dolo genérico e dolo específico	115
d) dolo normativo (<i>dolus malus</i>) e dolo natural	115
6.4. Teorias do dolo	116
a) Teoria da vontade	116
b) Teoria da representação	116
c) Teoria da probabilidade	116
d) Teoria do assentimento (consentimento ou assunção)	116
7. Tipo Culposo	117
7.1. Elementos do tipo culposo	118
a) conduta voluntária	118
b) inobservância do dever objetivo de cuidado	118
c) produção de um resultado involuntário	119
d) nexó de causalidade	120
e) previsibilidade objetiva do resultado e ou previsibilidade subjéitiva	120
f) ausência de previsão	123
g) tipicidade	124
h) conexão interna entre o desvalor da ação e o desvalor do resultado	124
7.2. Modalidades de culpa	125
a) imprudência	125
b) negligência	126
c) imperícia	126
7.3. Espécies de culpa	127
a) culpa inconsciente	127
b) culpa consciente	127

b.1) diferença entre culpa com representação (consciente) e dolo eventual	128
c) culpa presumida	128
d) erro culposo (culpa imprópria, por extensão, equiparação ou assimilação)	128
7.4. Compensação e concorrência de culpas	129
8. Crime consumado	130
8.1. Consumação e crime exaurido	130
8.2. A consumação nas diferentes espécies de crimes	130
a) crimes materiais	131
b) crimes formais	131
c) crimes de mera conduta	131
d) crimes culposos	131
e) crimes permanentes	131
f) crimes complexos	131
g) crimes qualificados pelo resultado (<i>qualificado stricto sensu e preterintencionais</i> ou <i>preterdolosos</i>)	132
h) crimes omissivos próprios	132
i) crimes omissivos impróprios	132
j) crimes habituais	132
8.3. <i>Iter criminis</i>	132
a) fase interna (cogitação)	132
b) fase externa	133
b.1) atos preparatórios	133
b.2) atos executórios	133
b.3) consumação	133
8.4. Critério de distinção entre atos preparatórios e atos executórios	134
a) Teoria subjetiva	135
b) Teoria objetivo-formal	135
c) Teoria objetivo-material	136
d) Teoria lógico-objetiva	136
e) Teoria objetivo-individual	137
f) Teoria da agressão ou hostilidade ao bem jurídico	137
8.4.1. Critério adotado pelo nosso Código Penal	138
9. Da tentativa	138
9.1. Natureza jurídica da tentativa	139
9.2. Elementos caracterizadores da tentativa	140
9.3. Tentativa perfeita e imperfeita	140
9.4. Tentativa branca	141

9.5. Infrações que não admitem o <i>conatus</i> (tentativa)	142
a) crime culposos	142
b) crime qualificado e crime preterdoloso	142
c) crimes omissivos próprios	143
d) crime unissubsistente (ou de ato único)	143
e) crime habitual	144
f) contravenção penal	144
g) crimes de atentado e crimes em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado	144
h) dolo eventual	145
9.6. Fundamento da punição da tentativa	145
(a) teoria objetiva	145
(b) teoria subjetiva	145
9.6.1. Teoria adotada pelo nosso Código	146

6 – Desistência Voluntária 147

1. Voluntariedade da Desistência e a Fórmula de Frank	147
---	-----

7 – Arrependimento Eficaz 151

8 – Tentativa Qualificada 153

1. Natureza jurídica da tentativa qualificada	153
---	-----

9 – Natureza Jurídica da Desistência Voluntária e do Arrependimento Eficaz 155

1. Conseqüências em razão da natureza jurídica adotada	156
--	-----

10 – Arrependimento Posterior ou Arrependimento *Post Factum* Benéfico 159

1. Natureza jurídica	159
2. Requisitos	159
3. Comunicabilidade a coautores e partícipes	161
4. Aplicação do dispositivo	161
5. Questões relevantes	161
a) Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos)	164
b) Lei nº 9.034/1994 (Crime Organizado)	164
c) Lei nº 9.807/1999 (Proteção à Testemunha)	164
d) Lei nº 11.343/2006 (nova Lei de Entorpecentes)	165

e) Lei nº 10.409/2002 (Procedimento aplicável à Lei de Tóxicos) – Revogada pela Lei nº 11.343/2006	165
f) Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Bens, Direitos e Valores)	166
6. Diferença entre arrependimento eficaz e arrependimento posterior	166
11 – Crime Putativo e Crime Impossível	167
1. Conceito	167
2. Espécies de crime putativo	167
I. Crime putativo por erro de tipo	167
II. Crime putativo por erro de proibição	168
III. Crime putativo por obra do agente provocador (ou crime de ensaio)	168
IV. Crime impossível	170
a) Teorias sobre a punibilidade do crime impossível	170
1) Teoria subjetiva	170
2) Teoria sintomática	171
3) Teoria objetiva (pura ou extremada)	171
4) Teoria objetiva temperada	171
b) hipóteses de crime impossível	172
1) crime impossível por absoluta ineficácia do meio	172
2) crime impossível por impropriedade absoluta do objeto	173
12 – Ilícitude	175
1. Introdução e conceito	175
2. Ilícitude formal e ilícitude material	176
3. Elementos objetivos e subjetivos nas causas justificantes	177
4. Método negativo de identificação da ilícitude?	179
5. Causas legais e supralegais excludentes de ilícitude	181
5.1. Causas legais excludentes de ilícitude	181
5.1.1. Estado de necessidade	181
a) Conceito e natureza jurídica	181
b) Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	182
c) Requisitos	183
I – atualidade do perigo	183
II – inevitabilidade do perigo	184
III – situação de perigo não provocada de forma voluntária pelo agente	184

IV – ameaça a direito próprio ou alheio	186
V – inexistência do dever legal de enfrentar o perigo	187
VI – <i>animus salvationis</i> /intenção de salvamento	188
d) Espécies de estado de necessidade	189
I) agressivo	189
II) defensivo	189
III) real	189
IV) putativo	189
e) Causa de redução de pena	189
5.1.2. Legítima defesa	190
a) Conceito e natureza jurídica	190
b) Requisitos da legítima defesa	190
1) Requisitos objetivos	190
I – agressão injusta, atual ou iminente	191
II – direito próprio ou alheio	192
III – necessidade e moderação nos meios empregados	192
2) Requisito subjetivo	192
I – elemento subjetivo (<i>animus defendi</i>)	192
c) Espécies de legítima defesa (real, putativa, sucessiva e recíproca)	193
d) Provocador da agressão pode alegar legítima defesa?	194
e) Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	195
f) Excesso na legítima defesa	196
1) excesso doloso ou consciente	196
2) excesso culposo propriamente dito ou inconsciente	197
3) excesso culposo em sentido lato e excesso exculpante	197
4) excesso intensivo e excesso extensivo	198
5) excesso na causa	198
g) Ofendículos (<i>offendicula</i> ou <i>offensacula</i>)	199
5.1.3. Estrito cumprimento de dever legal	199
a) Conceito e natureza jurídica	199
b) Requisitos	199
5.1.4. Exercício regular de direito	200
a) Conceito e natureza jurídica	200
b) Requisitos	201
5.2. Causa supralegal excludente de ilicitude	201
a) Consentimento do ofendido	201

13 – Culpabilidade	203
1. Introdução e conceito	203
2. Princípio de Culpabilidade	204
2.1. Garantismo Penal: o fundamento e função do garantismo	204
2.2. Princípio de culpabilidade	206
2.2.1. Conceito	206
2.2.2. Direito penal primitivo	207
2.2.3. Fundamento constitucional	209
2.2.4. Culpabilidade como fenômeno social	211
2.2.5. Culpabilidade na visão de Roxin (viés garantista)	212
2.2.6. Culpabilidade condicionada ou prejudicada por fatores sociais e econômicos (dentro do direito penal do fato) – culpabilidade material ou coculpabilidade (corresponsabilidade do Estado)	215
2.2.7. Concluindo	223
3. Teorias da culpabilidade	224
a) Teoria psicológica	224
b) Teoria psicológico/normativa	225
c) Teoria normativa pura	226
4. Elementos da culpabilidade	227
a) imputabilidade	227
b) potencial consciência da ilicitude do fato – erro de proibição	233
c) exigibilidade de conduta diversa	237
14 – Teoria do Erro	241
1. Erro de tipo	241
1.2. Espécies de erro de tipo	243
a) erro inevitável/escusável (erro culposo)	243
b) o erro evitável/inescusável	243
c) distinção entre erro de tipo e erro de fato	243
2. Erro de proibição	243
a) distinção entre erro de tipo e erro de proibição	245
b) erro de proibição inevitável e evitável	245
c) espécies de erro de proibição	245
c.1) no erro de proibição direto	245
c.2) no erro de proibição indireto	245
c.3) o erro mandamental	246
3. Erro determinado por terceiro	247

4. Erro acidental	247
a) erro sobre a causalidade, <i>aberratio causae</i> ou erro sucessivo	247
b) erro sobre a pessoa	249
c) erro sobre o objeto	249
d) erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	250
e) resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>	251
5. Discriminantes putativas ou erro de tipo permissivo	251
a) Teoria extremada ou estrita da culpabilidade	252
b) Teoria limitada da culpabilidade	252
c) Teoria dos elementos negativos do tipo	253
d) Teoria complexa da culpabilidade (teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas)	254

Bibliografia	255
---------------------------	------------